

2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

A COMPETIÇÃO POLÍTICA DEMOCRÁTICA REDUZ A DESIGUALDADE ECONÔMICA?

Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes¹

RESUMO: A promoção da democracia tornou-se fundamento da agenda política por inúmeras razões, entre as quais sua suposta propensão em reduzir disparidades econômicas. Contudo, estudos recentes encontraram resultados divergentes. Como a democracia se caracteriza como o regime político na qual os líderes competem entre si em eleições livres, competitivas, certas e justas, é necessário discutir as condições que estimulam o uso do problema da desigualdade como argumento eleitoral. Em primeiro lugar, existe um número limitado de problemas que podem ser tratado pelos partidos que competem efetivamente pelo poder. Essa temática só será trazido à tona nos ambientes nos quais uma considerável parcela dos eleitores for sensível à temática. Em segundo lugar, quanto maior for a desigualdade econômica, menores serão os custos que os partidos enfrentam na obtenção do apoio das classes menos favorecidas. Assim, pretendemos contribuir para a literatura investigando a hipótese de que esses efeitos são heterogêneos ao variarem ao longo da distribuição de desigualdade econômica. Para isso utilizaremos a metodologia de regressão quantílica desenvolvida por Koenker e Bassett.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Desigualdade Econômica; Regressão Quantílica

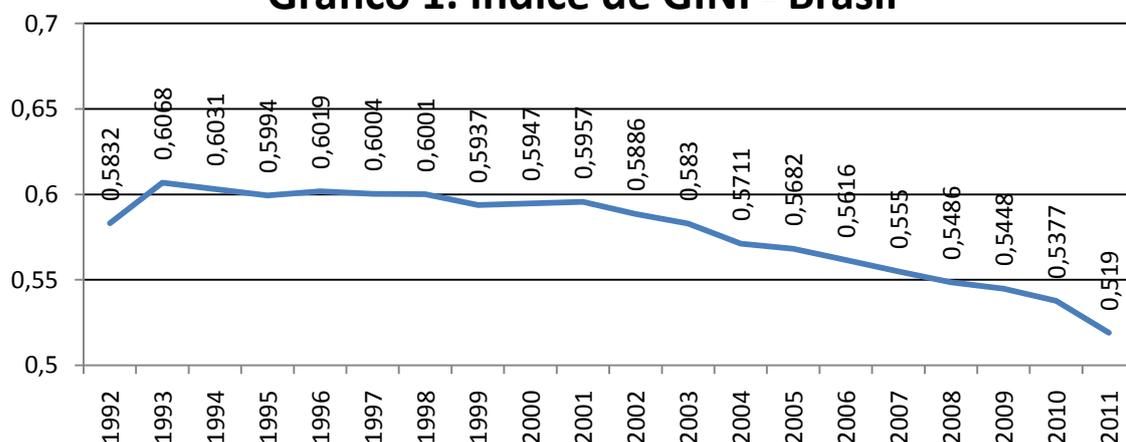
1. INTRODUÇÃO

Segundos dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, a desigualdade econômica no Brasil atingiu seus níveis mais baixos desde que começou a ser computada. No período posterior à transição democrática da década de 1980, a desigualdade econômica mensurada pelo índice de GINI apresentou uma queda expressiva (Neri, 2012). Em 2010 este índice cruzou o patamar mais baixo, que era dado pelos valores do GINI computados em 1960, entrando no décimo segundo ano consecutivo de queda. Em 2012 o GINI continuou caindo a uma taxa de queda duas vezes maior que aquela do início da tendência. O índice de GINI no Brasil caiu de 0.6068 em 1993 para 0.519 em janeiro de 2012, 3.3% abaixo do limite alcançado no ano de 1960. No Gráfico 1 apresentamos a evolução do índice de GINI no Brasil de 1993 até 2011.

¹ Mestre e Doutorando em Ciência Política Universidade de São Paulo – USP. Professor Assistente das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail. ivan.fernandes@usp.br

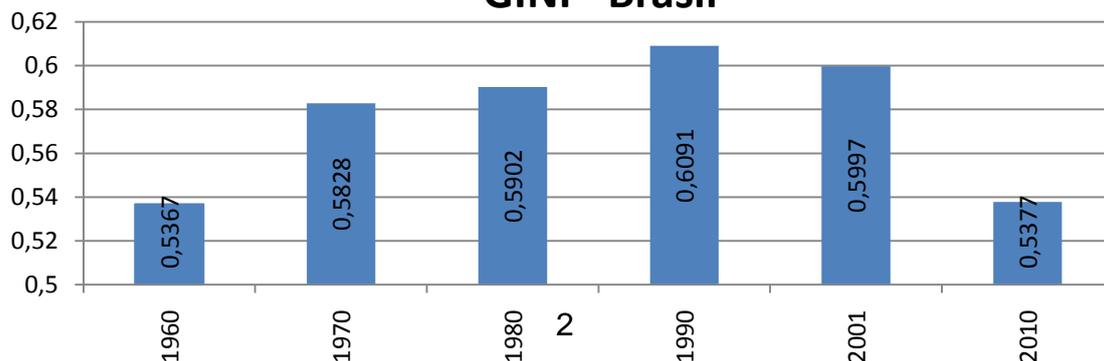
A evolução da desigualdade econômica no Brasil é um processo intrigante devido ao fato que seu crescimento e redução tem acompanhado os principais eventos que marcaram a vida política nacional. O crescimento da desigualdade ao longo das décadas de 1960-80 é considerado como o resultado deliberado da estratégia de modernização econômica adotada pelo Regime Militar, enquanto a partir da transição democrática na década de 1980 as demandas dos grupos menos favorecidos na sociedade foram trazidas à tona, o que culminou com a criação de um sistema de proteção social bastante abrangente, incluindo um sistema de saúde gratuito, público e universal e uma ampla rede de assistência social. Uma das principais consequências destes desdobramentos democráticos foi, deste modo, a redução impressionante da desigualdade econômica a partir de 1993. Apresentamos no Gráfico 2 uma visão de longo prazo da desigualdade no Brasil, medida pelo índice de GINI.

Gráfico 1. Índice de GINI - Brasil



Tendo em vista estes dados preliminares sobre a relação entre os tipos de regimes políticos e a evolução da desigualdade econômica no Brasil, pretendemos questionar quais são os elementos que explicam o crescimento da desigualdade durante o Regime Militar e a sua posterior queda após a redemocratização. Seria o caso brasileiro um indício importante de que a democracia é realmente capaz de exercer o seu papel fundamental de reduzir as diferenças entre as pessoas?

Gráfico 2. Visão de Longo Prazo do Índice de GINI - Brasil



O direito ao voto obtido pelo segmento mais pobre da população durante a década de 1980, é o principal fator explicativo da inflexão da curva da desigualdade econômica brasileira? Dito isto, nessa pesquisa iremos responder à seguinte questão: seria a democracia um importante componente do processo de redução da desigualdade econômica dentro de uma comunidade política? Ou o caso brasileiro apresenta uma relação espúria, na qual a conexão entre a democracia e a desigualdade brasileira é comandada por outras variáveis, como, por exemplo, o processo de modernização econômica da sociedade, seguindo os padrões estabelecidos pelo economista Simon Kuznets (1955), que melhor explicaria a evolução dinâmica das duas variáveis, sendo esta relação encontrada apenas consequências concomitantes do processo de desenvolvimento?

Na contramão dos caso brasileiro, pesquisas recentes sobre a evolução da desigualdade econômica dentro dos Estados Unidos demonstram que no último quarto do século XX e na primeira década do século XXI, a desigualdade na nação mais rica do planeta cresceu de maneira substantiva, ainda que ao longo de todo esse período o país tenha sempre mantido um regime democrático. Piketty e Saez (2003), por exemplo, mostram dados a respeito de um crescimento consistente da desigualdade estadunidense desde 1970, sobretudo em favor do topo da distribuição de renda e com grandes picos no crescimento da renda do 1% mais rico do país no final da década de 1980. Piketty e Saez (2006) mostram que o mesmo padrão se repete nas democracias britânica e canadense. Contudo, uma consideração importante a ser feita reside no fato de que a constatação de que países democráticos, como os exemplos citados dos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, apresentaram consistente aumento nos níveis de desigualdade econômica no último quarto de século, não significa, necessariamente, que a democracia não realize o seu papel fundamental de redução da desigualdade entre as pessoas. É plausível contra argumentar que caso estes países tivessem sido governados por ditaduras, o respectivo nível de desigualdade poderia ser muito maior do que o encontramos hoje sob a tutela democrática.

A importância desta questão de pesquisa decorre do fato que o papel da democracia na produção de maior igualdade econômica ainda é bastante debatido e pouco claro, apesar de existir uma percepção generalizada e normativa de que a democracia deve criar uma cidadania igual. Ademais, as análises recentes sobre o tema encontraram resultados divergentes. Por exemplo, enquanto Li, Squire e Zou (1998); Chong (2004); and Reuveny and Li (2003) encontraram uma associação forte e negativa entre democracia e desigualdade, Timmons (2010) replicou a análise das três pesquisas em um novo banco de dados e não encontrou nenhuma relação significativa.

Algumas pesquisas não levam em conta o fato que existe uma potencial endogenia na relação entre democracia e desigualdade. Uma extensa literatura aborda a desigualdade como um componentes fundamental do processo de democratização. Sociedades com altos níveis de

desigualdade não seriam terreno fértil para a democracia, pois a ameaça de redistribuição de riqueza estimularia a adoção de soluções antidemocráticas pelas elites política e econômica, que temeriam serem expropriadas caso o poder político passasse para as mãos do povo (Boix, 2003, Acemoglu et al, 2006 e Houle, 2009).

Por fim, como contribuição mais relevante da pesquisa, iremos incorporar um novo elemento na análise da relação entre democracia e desigualdade econômica, que não foi trabalhado pela literatura corrente. Desenvolvemos e verificamos a hipótese de que os efeitos da democracia na redução da desigualdade social não são homogêneos ao longo da distribuição de desigualdade. Para isso, assumimos que em sociedades mais igualitárias o tema da desigualdade não é trazido ao debate político. Isto porque os eleitores se preocupam com outros temas, considerados prioritários na agenda política. Por outro lado, em sociedades desiguais, o tema da desigualdade econômica é extremamente sensível e atrativo politicamente, de forma que os partidos que competem pelo voto popular o utilizam como trunfo político, criando, portanto, um ciclo positivo de redução da desigualdade.

De acordo com o arcabouço teórico que será proposto, o processo político ocorrido no Leste Europeu após a democratização dos antigos satélites soviéticos não foge ao escopo de nossa teoria. O aumento dramático da desigualdade nesses países decorre do fato que esse tema não deveria ser o foco dos partidos que competiam pelo poder político. Essas sociedades deixavam para trás regimes autoritários que produziram um nível elevado de igualdade social, estando no centro da disputa política outros temas julgados mais relevantes. Com isso, solucionamos do enigma comunista proposto por Gradstein e Milanovic (2002), que criticaram a solução utilizada de forma recorrente pela literatura: a mera eliminação desses casos da análise.

Assim revistamos as hipóteses utilizadas no debate sobre o tema da relação entre desigualdade e democracia que tendem a tratar os efeitos da democracia como sendo homogêneos ao longo da distribuição de desigualdade econômica. Propomos uma explicação alternativa na qual os efeitos da democracia sobre a desigualdade tendem a interagir com o próprio nível de desigualdade. Mais especificamente, propomos que democracias que sobrevivem em sociedades mais desiguais tendem a ser mais eficazes no tratamento da desigualdade que democracias iguais.

2. O DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADE

Dada a proliferação de governos representativos e a grande disparidade de renda entre os países, a relação entre democracia e desigualdade econômica tem significado imenso. Além disso, a promoção da democracia pelo mundo tornou-se uma característica definidora da agenda política internacional por vários motivos, entre estes não menos importante é a suposta propensão

democracia para a redução de disparidades econômicas (Timmons, 2010). Ademais, a noção que a equidade política reduziria as disparidades econômicas está profundamente enraizado nas ciências sociais (Bollen e Jackman, 1985). Teorias em que as eleições importam se baseiam na suposição de que as democracias são qualitativamente diferente de não-democracias, especialmente em termos de distribuição e redistribuição de recursos. Chong (2003) aponta que a conexão entre democracia e redistribuição já fora feita por Aristóteles (1962) e Stuart Mill (1862).

Na visão de Gerring, Thacker e Alfaro (2012) a hipótese de que as instituições democráticas promovem uma dinâmica política favorável às necessidades e interesses dos menos favorecidos se tornou uma espécie de axioma político, do qual muitas teorias a respeito dos efeitos distintos da democracia em relação à regimes autoritário partem. Lenski (1966), por exemplo, afirma explicitamente que a democracia redistribui o poder em favor dos desfavorecidos, a maioria em qualquer sociedade, pois a ideologia democrática legitima a redistribuição do poder político em favor dessa maioria desfavorecida. O aumento da igualdade política tenderia a estar associado à introdução de medidas em favor de maior igualdade social e distribuição mais igualitária de bens.

Lipset (1959) argumentou que as estruturas políticas democráticas promovem eleições que servem como a expressão da luta de classe. Os cidadãos votam em partidos que concorrem pela representação dos interesses das classes trabalhadoras e médias. A extensão do sufrágio àqueles que não possuíam propriedades e/ou riqueza tende, portanto, a aumentar a competição política em sociedades industriais, movendo o debate e a disputa para a esquerda do espectro político (Gradstein e Milanovic, 2002). Muitos outros têm argumentado que a democracia aumenta as oportunidades de participação, permitindo que os pobres possam exigir uma redistribuição de renda mais equitativa (Boix, 1998; Chan, 1997). Isto porque com a expansão do sufrágio, os líderes democráticos são responsabilizados perante os eleitores e sintonizam-se cada vez mais com as necessidades dos últimos. Diante disso, são mais inclinados a ajudar as classes pobres e médias por meio da adoção de políticas redistributivas como gastos com bem estar social, tributação progressiva, fixação de salário mínimo e preços subsidiados, entre outros.

Do outro lado, os líderes autoritários são responsabilizados apenas perante uma minoria rica e poderosa e, desse modo, tendem a adotar políticas que beneficiem essa minoria, mantendo ou aumentando a desigualdade econômica. Especificamente, é argumentado que regimes autoritários conseguem com maior facilidade adotar políticas que beneficiem uma minoria às custas da maioria excluída devido ao fato que não existe mecanismo político que responsabilize o poder político à maioria. Evans (1979) e Kaufman (1979), por exemplo, sugerem que regimes autoritários têm mais liberdade em colaborar com corporações sediadas no exterior para promover um setor moderno pequeno e bem remunerado às custas do setor econômico tradicional, maior e mais pobres. Tais

padrões implicam que os regimes não democráticos tenderiam a gerar mais desigualdade em favor das elites econômicas e em detrimento dos camponeses e trabalhadores.

A literatura que analisa a democracia como uma solução para o problema da desigualdade formulou quatro mecanismos gerais por meio dos quais o regime democrático exerce uma pressão em direção a maior equidade econômica (Timmons, 2010; Gerring, Thacker e Alfaro, 2012). O **primeiro mecanismo** é baseado na relação entre taxas de tributação e transferências de renda que decorrem do teorema do eleitor mediano de Hotelling (1929) e Downs (1957). Com este modelo Meltzer e Richard (1981) analisam o ponto de equilíbrio do tamanho do governo como decorrente da regra majoritária e da distribuição de renda. Quanto maior a distância entre a renda do eleitor mediano e a renda média da população, maior será a tendência de o governo redistribuir do topo para a base da distribuição de renda, reduzindo a desigualdade econômica. Estudos sobre a distribuição de renda mostram que esta é desviada para a direita, de modo que a renda média é sempre superior à renda mediana. Desta forma, qualquer regra de votação que concentre votos abaixo da média gera incentivos para a redistribuição por meio da taxa dos mais ricos².

O **segundo mecanismo** decorre do papel desempenhado pela competição política (Key 1949 e Reuveny and Li, 2003), sublinhando a conexão eleitoral entre o eleitor e as lideranças políticas e a responsividade engendrada pelo ordenamento político democrático. O arcabouço básico do mecanismo de competição política se fundamenta no argumento que quanto mais os líderes políticos competem entre si e em grupos organizados pelo apoio dos cidadãos, mais serviços são produzidos pelo setor público para dado nível de arrecadação do governo. E devido ao fato que a democracia está intimamente relacionada com a existência de competição política, a melhora dos serviços prestados pelo governo é estimulada. Na visão de Gerring, Thacker e Alfaro (2012), como a miséria generalizada é impopular, líderes democraticamente eleitos são mais cuidadosos com problemas referentes ao desenvolvimento humano. Exemplo é a constatação de Dreze e Sen (1989) de que nunca foram registradas até hoje crises humanitárias em regimes democráticos.

Além disso, o governo torna-se sujeito às pressões de grupos de interesse. Com a promoção de uma distribuição mais equitativa de poder, a democracia dá mais espaço para que os sindicatos de trabalhadores e partidos representem as classes sociais que estão fora do restrito círculo das elites, assim como estimula a criação de políticas públicas que atendam as bases sociais desses sindicatos e

² Mesmo que os regimes reais não se encaixem perfeitamente na estrutura teórica analisada no modelo do eleitor mediano, isto implica necessariamente que as democracias devem apresentar sistematicamente um nível inferior de desigualdade do que as não-democracias e que as sociedades em democratização (Acemoglu e Robinson 1998). Esta lógica também é aplicada nos estudos sobre a transição democrática, que frequentemente enquadram a relação entre democracia e ditadura como uma disputa distributiva (Boix, 2003 and Acemoglu et al, 2006).

de partidos não elitizados. Quanto mais organizados e vitais estes grupos forem, maior será o seu sucesso na busca por influência no processo decisório democrático. E se os grupos de menor renda se beneficiarem mais das atividades governamentais, especialmente da educação pública, a democracia tende a reduzir a dispersão/variação de capital humano na sociedade, causando, no longo prazo, a queda da desigualdade (Saint Paul e Verdier 1993).

O **terceiro mecanismo** enfatiza as consequências da democracia na regulação do mercado de trabalho. Como notado por Schumpeter (1942), a democracia reduz o custo de participação política do trabalho organizado, permitindo que obtenham uma posição mais privilegiada no processo político. Rodrik (1999) revisitou o argumento defendendo que as democracias estimulam a criação de atributos que capacitam trabalhadores, na medida em que um regime político participativo incentiva a sindicalização, a negociação salarial centralizada, e a existência de salários mínimos, reduzindo, portanto, a desigualdade de rendimentos (Katz e Timmons, 1999).

Semelhante ao exposto por Rodrik, o **quarto mecanismo** indica à tendência da democracia ser mais efetiva na redução da desigualdade econômica pela presença de uma sociedade civil mais institucionalizada e desenvolvida, uma vez que os direitos políticos e os direitos civis são altamente correlacionados. E a existência de direitos civis leva ao longo do tempo à criação de uma rede densa de associações voluntárias que provêm serviços aos desfavorecidos, muitas vezes em conjunção com entidades governamentais e que também tendem a influenciar as atividades legislativas por meio de pressão política e atividades de lobby (Gerring, Thacker e Alfaro, 2012).

Apesar desse bem desenvolvido arcabouço teórico que integra ao regime político democrático uma dinâmica de redução de desigualdade, os achados empíricos sobre esta relação não são robustos. Na visão de Timmons (2010) o descompasso entre a teoria e as evidências pode ser parcialmente atribuído à escassez de dados confiáveis sobre a desigualdade. Alguns estudos como os de Jackman e Bollen (1985) e Gasiorowski (1997) reportaram que os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica são estatisticamente insignificantes enquanto Muller (1988), Moon (1991) e Rodrik (1998) reportaram que a democracia de fato reduz a desigualdade. Chan (1997), por sua vez, reportou resultados mistos, enquanto Simpson (1990) argumentou, utilizando uma mensuração contínua de democracia, que a desigualdade de renda aumenta com o aumento no nível de democracia até que, após certo ponto, declina. Utilizando uma base de dados mais abrangente, Timmons (2010) não encontrou resultados que indiquem algum impacto significativo da democracia na desigualdade econômica.

A escassez dos dados impediu a chegada a quaisquer conclusões confiáveis. Boa parte dos testes realizados utilizaram-se de cortes transversais, o que impede o controle para efeitos fixos e efeitos aleatórios presentes em cada país. Passos mais consistentes foram feitos após a publicação do Banco

de Dados sobre a Desigualdade pelo Banco Mundial em 1996 (Deininger and Squire, 1996). Os estudos empíricos que fizeram uso do Banco de dados de Deininger e Squire (DS) concluíram que mais democracia resulta em menos desigualdade. Li, Squire e Zou (1998); Chong (2004); e Reuveny and Li (2003), que usaram o DS em diferentes técnicas econométricas, encontraram uma relação negativa entre democracia e desigualdade.

Li, Squire e Zou (1998) mostraram que as liberdades civis, mensurado com indicadores da Freedom House e níveis de escolarização secundária mais uma medida de abrangência do sistema financeiro e a distribuição inicial de terras são determinantes importantes do nível de desigualdade, usando 573 observações – anos/países - do Coeficiente de cobrindo o período de 1947 e 1994. Chong (2004) ofereceu evidências sobre a conexão entre democracia e desigualdade econômica no período de 1960-1995. Em uma regressão transversal com médias amostrais do período 1960-1995 para cada variável e também painéis dinâmicos, o autor encontrou uma relação não-monotônica entre democracia e desigualdade, sustentando a possível existência de uma Curva de Kuznets Política. Por sua vez, Reuveny e Li (2003) analisaram os efeitos da democracia levando em conta os efeitos da abertura econômica nesta relação. Para estes autores, ambas as variáveis afetam a desigualdade econômica enquanto a abertura econômica também afeta a democracia (Drake, 1998; Held et al., 1999; Im, 1996; Whitehead, 1996). Desta maneira, estudos empíricos que não levem em conta uma das duas variáveis como determinantes causais da desigualdade terão resultados enviesados.

Mas do outro lado da moeda, Timmons (2010) replicou a análise de Li, Squire e Zou (1998); Chong (2004); e Reuveny e Li (2003) usando os dados Banco de Dados da Distribuição de Renda no Mundo (The World Income Distribution Database - WIID, Version 2, May 2007) , o successor do DS, e encontrou resultados diferentes. Usando em sua análise dados agregados em médias por décadas e por quinquênios, Timmons não encontrou nenhuma relação entre democracia e liberdades civis com as medidas de desigualdade econômica. Sua alegação final é que a questão sobre os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica ainda permanece aberta.

Além disso, alguns estudos realizados no último decênio também desafiam esse suposto consenso teórico sobre os efeitos dos regimes políticos em relação a outras medidas de desenvolvimento humano. Como, por exemplo, os estudos de Gauri e Khaleghian (2002), MacGuire (2006), Ross (2006) e Shandra, Nobles, London e Williamson (2004) que não encontraram correlações positivas e robustas entre indicadores de desenvolvimento humano e a presença de um regime político democrático (Gerring, Thacker e Alfaro; 2012)³.

³ Gauri e Khaleghian (2002) toma como variável dependente a cobertura de vacinação da população e Ross (2006), MacGuire (2006) e Shandra, Nobles, London e Williamson (2004) mortalidade infantil.

3. ATIVANDO A DESIGUALDADE COMO TEMA POLÍTICO ELEITORAL

Apesar da extensa literatura já produzida no estudo da relação entre democracia e desigualdade, um importante tema foi deixado de lado. Como a democracia se caracteriza como o regime político na qual os líderes competem entre si por meio de partidos para a obtenção dos cargos diretivos de governo em eleições livres, competitivas, certas e justas, é necessário discutir as **condições** que estimulem às lideranças partidária a utilizarem o problema da desigualdade econômica como argumento político eleitoral em busca da obtenção de votos e apoio dos cidadãos e o custo benefício eleitoral desta estratégia. Como em toda e qualquer comunidade política existe uma miríade de temas que podem ser politizados. Não é em qualquer momento político que de fato a questão da desigualdade será ativada e recursos públicos e partidários serão dispendidos com o intuito de minimizá-la. Outros problemas políticos podem ser levantados pelos partidos, como, por exemplo, questões de segurança nacional, imperativos do desenvolvimento, defesa de princípios étnicos ou religiosos, separatismos, entre outros.

O suposto que a política se realiza numa única dimensão ideológica é assumido como ferramenta heurística de simplificação da realidade política, visando facilitar a modelagem ou teorização informal sobre os principais padrões que ocorrem na competição político – eleitoral e quais são os efeitos desses nas eleições e no próprio desenrolar do sistema político analisado. O modelo do eleitor mediano apresentado por Hotelling (1929) e refinado por Downs (1957) é a ferramenta tradicional com a qual se analisa o impacto da competição eleitoral nas sociedades democráticas. Esse modelo assume que a competição política é unidimensional, num único eixo que os autores propõe que representa um contínuo político entre esquerda e direita e que o equilíbrio único da disputa política é a apresentação pelos partidos de plataformas eleitorais de acordo com as orientações ideológicas do eleitor mediano (assumindo uma competição bi-partidária). Meltzer e Richard (1981), ao analisarem a relação entre taxas de tributação e transferências de renda, modelam que o ponto de equilíbrio do tamanho do governo em uma dada sociedade democrática seja definido pela distância da renda do eleitor mediano e à renda média da população, que usualmente teria uma tendência à redistribuição da renda do topo para a base, uma vez que a curva de renda é usualmente desviada para a direita (a renda média é superior à renda mediana). Desta forma, qualquer regra de votação que o eleitor mediano possui renda abaixo da renda média gera incentivos para a redistribuição por meio da taxa dos mais ricos.

Ainda que não desejemos criticar o valor da simplificação unidimensional da política, é necessário estarmos alertas para o fato que o tema que divide este espectro ideológico nem sempre é o mesmo. Isto é, depende das circunstâncias e contexto nos quais a competição política ocorre. A apresentação de pautas e criação de políticas públicas com foco no horizonte eleitoral serão feitas em

direção às políticas que tenham um maior potencial de atração de votos. E o mesmo acontece com a desigualdade econômica. O suposto de Meltzer e Richard (1981) de que a competição eleitoral sempre se dá em torno das diferenças entre a renda média e a renda mediana de determinada comunidade política não reflete o fato que essa diferença só será politizável dada certas circunstâncias, como, por exemplo, o nível absoluto da distância entre a renda do eleitor mediano e a renda média e mesmo a capacidade de que essa distância seja traduzida em conceitos de injustiça e exploração social e não apenas fruto de um processo de mercado que premia os indivíduos dotados de maiores habilidades⁴.

Isto posto, consideramos que em cada eleição e em cada ciclo eleitoral existe um número limitado de problemas que podem ser tratado pelos partidos políticos que competem efetivamente pelo poder. Este limite decorre do fato que os partidos tendem a focar-se em certos temas que podem potencialmente lhe trazer mais votos. A introdução de uma gama variada de temas tem a potencialidade de dificultar a observação pelo eleitor de qual é a orientação do partido e também impõe um custo desnecessário aos partidos decorrente da necessidade de se posicionar na discussão sobre temas que não são de interesse dos eleitores. Isto é, os custos de debate e difusão de imagens e ideias são maiores que os benefícios decorrentes do potencial de conquista de votos.

O tema da desigualdade só será trazido à tona nos ambientes eleitorais nos quais uma considerável parcela de eleitores for sensível a essa temática. E isso ocorrerá quando a questão da desigualdade econômica for passível de ser traduzida em termos de injustiça e desequilíbrio social e não como consequência de outros elementos que sejam positivamente valorizados pelos cidadãos, como, por exemplo, a competição via mercado em contextos nos quais os cidadãos tendam a valorizar os pontos positivos das relações mercantis centradas na livre iniciativa e no retorno monetário de acordo com a produtividade individual.

Como exemplo, podemos citar o caso chinês no qual o crescimento da desigualdade econômica não é observada pela população como um grande problema, uma vez que é reflexo de uma maior abertura à livre iniciativa e à capacidade de ascensão pessoal dentro dessa sociedade. Em survey à respeito das atitudes sobre a desigualdade e injustiça distributiva realizada em 2004 no país (entrevista com 3267 pessoas entre 18 e 70 anos) foi encontrado uma atitude geral de aceitação ou aprovação ao invés de raiva contra as desigualdades. Por exemplo, a maior parte dos respondentes disseram que diferenças nas habilidades são um importante fator explicando quem é rico (70%) e

⁴ Como exemplifica a evolução da opinião pública polonesa sobre a desigualdade ao longo da década de 1990. Enquanto no início do processo de democratização e transformação econômica a desigualdade foi enxergada segundo um viés positivo: reflexo da ampliação das oportunidades com as reformas econômicas pós-comunistas. Com o passar do tempo a tolerância à crescente desigualdade reduziu-se, coincidindo com o crescimento da percepção de que os rendimentos elevados são obtidos por meio de corrupção e outros processos injustos (Grosfeld e Senik, 2010).

quem é pobre (61%), enquanto a injustiça do sistema econômico só foi expressa por 27% da população como justificativa de quem é rico e por 21% como justificativa de quem é pobre. Encontramos inclusive indicadores que não existe uma pauta em defesa da redistribuição de renda. Apenas 30% dos respondentes favorecem medidas redistributivas (Whyte. 2010)⁵.

Outro elemento ilustrativo deste suposto que assumimos de que a desigualdade só é ativada politicamente como um problema a ser resolvido pelo sistema democrático em certos contextos é a tradicional indisposição do eleitorado estadunidense às políticas relacionadas ao Bem Estar Social, que começou a ser dissipado com o incremento constante e inexorável da desigualdade econômica no país. Com o aumento da distância entre a renda média e a renda do eleitor mediano, o problema da desigualdade econômica deixou de ser circunscrito a certos grupos minoritários e passou a ser uma temática central no debate político nacional.

Na década de 1990, Gilens (1999) mostra que parte da população estadunidense considerava que o segmento social receptor de benefícios da política social era composto majoritariamente por aqueles que não assumiam a responsabilidade pelo próprio aperfeiçoamento pessoal e que não deveriam fiar-se ao apoio governamental. E ainda mais, sublinhavam que as políticas de proteção social colocavam um peso desnecessário nas costas da classe média pagadora de impostos⁶. Em 2012, contudo, pela primeira vez alguma espécie de proteção pública no campo da saúde é aprovado pelo Presidente Barack H. Obama, indicando que o tema da desigualdade começava a ganhar fôlego dentro do país decorrente do agravamento da crise econômica e do aumento da velocidade do crescimento da desigualdade, o que refletiu-se, também, na criação do movimento Occupy e seu slogan: *We are the 99%*.

Em complementação ao primeiro ponto, um segundo elemento fundamental para se discutir quando a desigualdade é ativada politicamente, quanto maior for a desigualdade econômica dentro de dada sociedade, menores serão os custos que os partidos políticos enfrentam na obtenção do apoio político e dos votos das classes menos favorecidas na distribuição de renda. Isto porque a falta de recursos desse grupo social torna necessário um menor investimento para obter o apoio político de um indivíduo desfavorecido do que o voto daqueles que pertencem às classes ricas.

Deste modo, assumimos o suposto de que em sociedades democráticas desiguais, a quantidade de

⁵ Mesmo não havendo uma indisposição social contra o crescimento da desigualdade, os dados do Banco Mundial demonstram que o crescimento desta na China foi agudo nas três últimas décadas. Enquanto em 1981 o Índice de GINI chinês era de apenas 0.29, um dos menores do mundo, em 2002 esse número cresceu para 0.45, indicando que a China transitou de um país de baixa desigualdade para um país de desigualdade moderadamente alta.

⁶ De maneira geral, os estadunidenses não gostam das políticas de bem estar social pois acham que esses programas apoiam os pobres indignos do apoio do estado. A percepção dos pobres indignos possui dois componentes: a maior parte dos receptores dos benefícios seriam os negros e a opinião pública tem a percepção de que os negros são menos comprometidos com a ética do trabalho que os outros estadunidenses. Existindo, portanto, uma percepção generalizada de que o bem-estar tornou-se uma palavra código para raça (Gillens, 1999).

recursos necessários para obter o apoio das classes mais pobres é menor que os custos de atrair as classes médias e altas, o que torna a primeira estratégia mais interessante dado constrangimentos naturais existente nos orçamentos partidários. Assim os partidos que ativarem o tema da desigualdade em termos de injustiça e desequilíbrio social competirão para obter os votos da base da sociedade e criarão políticas que reduzam a pobreza deste segmento, o que terá como consequência um efeito negativo no nível de desigualdade econômica existente nesse país.

Uma ilustração desse argumento é obtida ao se analisar os impactos eleitorais do Programa Bolsa Família (PBF) no cenário político brasileiro. Enquanto os benefícios são bastante reduzidos se olharmos os efeitos potenciais de aumento de renda que trariam para famílias de classe média e classe alta no Brasil, o programa foi extremamente importante na superação da pobreza familiar em redutos de miséria no Brasil e as famílias atendidas pelo programa corresponderam eleitoralmente votando maciçamente a favor dos incumbentes nas eleições de 2006 e 2010⁷. Os valores atuais do PBF variam entre R\$ 70,00 a R\$ 230,00 e focam sobretudo as famílias que possuem renda inferior à R\$ 140,00 per capita⁸, o que obviamente definem valores que não trariam tantos dividendos eleitorais se fossem transferidos para famílias de classe média ou alta, que no Brasil possuem renda familiar superior à R\$ 7.475,00, perfazendo 15% da população brasileira ou mesmo à classe média emergente (classe C), que constitui 60% da população brasileira e cuja renda familiar é superior à R\$ 1734,00 (Neri, 2012)⁹.

Dada essas ponderações é necessário rever alguns dos achados empíricos apresentados na seção anterior e dos próprios mecanismos teóricos sublinhados. Em toda esta literatura que discute a relação entre democracia e desigualdade econômica foi feita uma suposição, ainda não testada, de que os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica seriam homogêneos. Não haveriam, portanto, diferenças dos efeitos da democracia em termos de redução da desigualdade social em sociedades mais igualitárias ou mais desiguais. Isto é, a competição política democrática, no que toca aos problemas da desigualdade, ocorreria segundo padrões semelhante ao longo do contínuo de desigualdade social. Em nossa pesquisa iremos verificar este pressuposto. Analisamos a hipótese alternativa de que esses efeitos variam ao longo da distribuição de desigualdade devido aos dois mecanismos levantados acima.

Temos a expectativa que os efeitos da competição democrática em sociedades iguais sobre a desigualdade não deve diferenciá-la de regimes não-democráticos, uma vez que a desigualdade não é

⁷ Efeitos relevantes e positivos do PBF no sucesso eleitoral de Lula em 2006 está sendo discutido. Entre estes destacamos Hunter e Power (2007), Nicolau e Peixoto (2007), Zucco e Power (2007); Zucco (2008) e Correa (2010).

⁸ Ministério do Desenvolvimento Social.

⁹ Estimativas populacionais para 2014. Em 2003 a Classe A e B perfaziam apenas 7,6% da população. A Classe C 37,5% e as Classes D e E 55% (Neri, 2012).

um tema a ser ativado pela disputa política. Os partidos tendem a atender outras demandas da sociedade. Por outro lado, em sociedades desiguais os partidos políticos tendem a moldar o discurso eleitoral e as próprias políticas públicas em busca da minimização dos efeitos da desigualdade econômica. Ao colocarmos em questionamento o pressuposto da homogeneidade dos efeitos da democracia, tentaremos responder à seguinte indagação: seriam os efeitos equalizadores de um regime político democrático em uma sociedade desigual semelhantes aos efeitos equalizadores de um regime político democrático em uma sociedade igualitária?

Sublinhamos mais uma vez o significado que damos para o termo democracia, definido nessa pesquisa como um processo competitivo de escolha de lideranças políticas. A diferenciação de padrões recorrentes em regimes democráticos em relação a não democracia decorre portanto de implicações que a competição política tem para a temática em análise. Assim, é evidente que em sociedades relativamente iguais, o tema da desigualdade econômico não está entre os principais temas da agenda política da competição eleitoral. Já em sociedades relativamente desiguais, as chances de que um dos partidos que disputam as eleições democráticas invistam na temática da necessidade de redução da desigualdade, traduzindo-a em termos de injustiça e desequilíbrio, e, portanto, investindo no imperativo moral de que é necessário reduzi-la, é maior. Posto isso, iremos verificar se os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica são condicionados às situações nas quais o tema da desigualdade possa ser ativado de maneira crível por algum dos competidores políticos.

A título de ilustração podemos chamar atenção para as diferenças entre os temas prioritários das agendas pós-redemocratização na América Latina e no Leste Europeu. As democracias recém saídas do sistema político soviético são bastante claras a respeito desse mecanismo. Como os regimes autoritários a partir dos quais estas democracias emergiam foram regimes que produziram níveis relativamente altos de igualdade econômica, o tema da desigualdade não estava no topo da lista de prioridades dos primeiros competidores políticos. Por outro lado, após a redemocratização latino americana, que emergia de regimes autoritários que produziram níveis recordes de desigualdade econômica, como o caso brasileiro, o tema do resgate da dívida social tornou-se uma das principais bandeiras políticas, disputando espaço na agenda apenas com os debates sobre a inflação e sobre o próprio processo de redemocratização.

Para responder a esta questão de pesquisa iremos analisar duas hipóteses abaixo que nos permitiram explorar (a) se na média as democracias reduzem a desigual econômica em relação às ditaduras (hipótese da homogeneidade dos efeitos) e (b) se os efeitos dos regimes democráticos sobre a desigualdade econômica são crescentes ao longo da distribuição de desigualdade, sendo mais acentuados nas sociedades mais desiguais (hipótese da heterogeneidade dos efeitos).

H1: As democracias possuem em média um efeito negativo sobre a desigualdade.

H2: Os efeitos negativos da democracia sobre a desigualdade são maiores nas sociedades mais desiguais e tendem a ser menos relevantes em sociedades mais iguais.

4. METODOLOGIA

Na seção anterior desenvolvemos a nossa hipótese de pesquisa. Nesta apresentamos o método de pesquisa que nos permitirá testar a hipótese da heterogeneidade dos efeitos da democracia sobre a desigualdade e como tentaremos superar a questão da endogenia presente na relação entre democracia e desigualdade econômica. Existe uma vasta literatura que discute os potenciais efeitos negativos que a desigualdade pode trazer a processos de democratização. A questão da presença de endogeneidade na relação entre democracia e desigualdade é fundamental, pois vasto conjunto de estudos discutem a hipótese de que a desigualdade é negativamente relacionada com a probabilidade de um dado país tornar-se e/ou permanecer sendo uma democracia.

A produção de dados comparados sobre desigualdade econômica ainda não é um desafio completado. A disponibilidade de dados de boa qualidade é bastante escassa. Utilizamos o conjunto de dados produzido pela Projeto Desigualdade da Universidade do Texas (*Univeristy of Texas Inequality Project - UTIP*), que utiliza métodos baseados no componente entre grupos do Índice T de Theil. O banco de dados inclui 3454 pontos de dados de EHI para 145 países. A unidade básica de análise é um país-ano e o o banco é um painel desbalanceado de 1963 à 2002.

Para a identificação dos países que são democráticos e dos que não são, utilizamos os dados sobre Regime Político compilados por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010). Assumimos a mensuração dicotômica defendida pelos autores que definem democracia como um regime político no qual existe competição política por meio de eleições. De maneira simplificada podemos dizer que consideramos como democrático todos regimes políticos nos quais o partido incumbente deixa o poder por meio de eleições livres e justas. Debates os prós e contras do uso de uma medida dicotômica.

1º Desafio Metodológico: Endogenia nas Relações entre Democracia e Desigualdade

Ao analisarmos uma relação descritiva entre democracia e desigualdade, verificamos que a democracia está associada a níveis menores de desigualdade. Contudo apenas a relação descritiva não nos permite compreender qual é o processo causal presente nessa relação. Ademais, a literatura a respeito da democratização entende que os regimes democráticos seriam, na média, regimes que estimulariam uma maior redistribuição de renda das elites para as classes menos favorecidas. Esta faceta inerente ao regime democrático traria um custo às elites econômicas que aumentariam sua

propensão a resistir a avanços democráticos naquelas sociedades que possuam uma distribuição de renda mais desigual¹⁰. Deste modo, os países políticos democrático tenderiam a ser uma opção predileta de sociedades mais igualitárias.

Para resolver o problema da endogeneidade presente na relação entre democracia e desigualdade, usaremos a técnica de variável instrumental (IV). A intuição básica subjacente à abordagem de IV é estimar a variável endógena, no nosso caso, a variável de democracia, usando uma variável exógena que seja correlacionada com a variável endógena, mas não correlacionada com a variável dependente, em nosso caso, a desigualdade econômica. Desta forma, quaisquer efeitos da variável instrumental sobre a variável dependente seriam canalizados única e exclusivamente por meio da variável endógena (Angrist e Krueger 2001; Angrist e Pischke 2009)¹¹. Isto é, devemos encontrar uma variável que não seja relacionada com o nível de desigualdade econômica encontrada no país e nem com qualquer outro fator determinante da desigualdade com exceção apenas da variável endógena em questão: o indicador de democracia¹². A validade e a confiabilidade da estimação por IV depende crucialmente da seleção de um instrumento adequado, que satisfaça dois critérios: (a) ser correlacionado com a variável endógena; e (b) não possuir um efeito causal na variável dependente (ou, por extensão, no termo de erro da equação estimada). Estes critérios implicam que qualquer alteração na variável dependente que resulte de mudanças nos valores de um instrumento deve ser atribuída à variável endógena e, assim, livre da relação causal inversa (Savun e Tirone, 2011).

Iremos usar como instrumento medidas da difusão de democracia no mundo. Como uma importante literatura sobre as transições políticas mostrou, um dos importantes componentes do processo de democratização é a atmosfera política internacional (Brinks e Coppedge, 2006; Gleditsch e Wald, 2006; Mainwaring e Perez-Linan, 2009; Wejner, 10050). Todos estes autores defendem a ideia de que existe algum mecanismo de difusão ou contágio por meio do qual os regimes democráticos são propagados. Isto porque os processos de democratização e transições autoritárias se agrupam no tempo e no espaço, sugerindo a ocorrência de uma difusão e da existência de dependências trans-fronteiriças que influenciam o desenvolvimento e persistência das instituições políticas (Nogueira, 2010).

Bunce e Wolchik (2006) definem difusão como um processo no qual ideias, instituições, modelos

¹⁰ Boix (2003) demonstrou que altos níveis de desigualdade podem prejudicar a democratização e a consolidação das democracias. Houle (2009) e Acemoglu e Robinson (2006) também investigaram a probabilidade de que alta desigualdade prejudique a consolidação da democracia devido às expectativas de redistribuição que existe em sociedades democráticas.

¹¹ A *Hipótese de Restrição de Exclusão* assume que a variável instrumental é não correlacionada com qualquer outra variável não observada que esteja correlacionada com a variável dependente.

¹² Para uma apresentação mais pormenorizada do método de variável instrumental vide anexo A.

de políticas públicas, ou repertórios de comportamento se propagam de um centro geográfico para outras regiões. Mas o processo de difusão não requer apenas a existência de desdobramentos similares, a difusão requer o reconhecimento de um novo elemento em um determinado país por atores fora deste e um compromisso por estes indivíduos e grupos, por causa de seus valores e interesses, para emular o desenvolvimento em sua localidade.

Para que o instrumento cumpra com sua função, é necessário, portanto, que seja verdadeira a hipótese de que a variável difusão de democracia não possui outro canal por meio do qual os seus efeitos sobre a desigualdade sejam transmitidos, além do próprio mecanismo da competição eleitoral em regime democrático. É importante frisar que até sabemos, a literatura sobre desigualdade ainda não documentou qualquer influência da difusão de democracia no mundo sobre a desigualdade econômica dentro de cada um dos países. Desta forma, podemos assumir com bastante confiança que quaisquer efeitos que sejam estimados por meio da técnica de variável instrumental devem ser atribuídos aos efeitos da democracia sobre a desigualdade, purificado dos problemas de causalidade reversa. Além disso, não consideramos razoável que alterações no número de democracias no mundo afete o nível de desigualdade de um país por um mecanismo outro que não seja o próprio regime democrático e a competição político eleitoral.

O aumento no número de democracias ao redor de um país A empodera o grupo político que defende a democratização deste país A ou que defende a manutenção da democracia. Ideias, modelos e afins podem se espalhar para além das fronteiras, simplesmente porque eles fornecem precedentes que são atraentes para os atores em outros países e que influenciam o pensamento, objetivos e comportamento de lideranças desse país (Bunce e Wolchik, 2006). Desta maneira, não é clarividente um canal covariação da difusão de democracia com a desigualdade econômica interna de um país que não seja intermediado pela competição política democrática.

Iremos mensurar a difusão de democracia pelo mundo para cada país, ponderando o número de países que são democráticos a cada ano pela distância ao referido país. Construimos um instrumento que varie no tempo e no espaço. Mensuramos a difusão de democracia tirando a média de três diferentes proporções de democracias pelo mundo: uma proporção em nível regional, uma proporção em nível continental e uma proporção em nível global, com a ponderação as proporções regionais e continentais pelo espaço territorial ocupado pelo país na região e no continente, respectivamente.

$$(1) \text{Difusão}_{1it} = \left[\frac{D_{1t}}{N_{1t}} + \frac{D_{2t}}{N_{2t}} * \frac{A_t}{C_i} + \frac{D_{3t}}{N_{3t}} * \frac{A_t}{R_i} \right] / 3$$

Difusão Ponderada de Democracia: Onde D_1 é o número de democracias no mundo no ano t e N_1 é o número de países no mundo no mesmo ano t ; D_2 é o número de democracias no continente do

país i no ano t e N_2 é o número de países no continente do país i no mesmo ano; D_3 é o número de democracias no subcontinente do país i no ano t e N_3 é o número de países na região (ou subcontinente) do país i no mesmo ano. Ponderamos essas proporções pelo tamanho relativo de cada país de acordo com: A_t - a área territorial do país no ano t ; C_i - a área do Continente onde o país i está localizado e R_i - a área da Região onde o país i está localizado. Obviamente a medida de A_t tende a ser estável na maior parte do tempo, mas em alguns casos excepcionais certos países, como o Paquistão, tiveram seu território reduzido¹³. Para realizar esse cálculo dividimos o mundo em cinco continentes distintos e dez subcontinentes.

2º Desafio: Estimação dos Efeitos Heterogêneos da Democracia sobre a Desigualdade

Conforme apresentamos na seção teórica, neste trabalho pretendemos analisar duas hipóteses complementares: H1: as democracias possuem em média um efeito negativo sobre a desigualdade; e H2: os efeitos negativos da democracia sobre a desigualdade são maiores nas sociedades mais desiguais e tendem a ser menos relevantes em sociedades mais iguais. É necessário, portanto, adotar um método de estimação que permita estimar efeitos heterogêneos da democracia sobre a desigualdade econômica, uma vez que queremos testar a hipótese de que os efeitos da democracia sobre a desigualdade são maiores nas democracias de sociedades mais desiguais. O método mais adequado para responder a esse problema de pesquisa é o arcabouço de Regressão Quantílica desenvolvido por Roger Koenker e Gilbert Bassett (1978).

Observamos mais uma vez que essa questão de pesquisa e abordagem teórica não foi discutida em nenhum dos estudos até agora elaborados sobre os efeitos da democracia sobre a desigualdade econômica. Todas essas pesquisas desenvolveram suas hipóteses estimando os efeitos médios da democracia sobre a desigualdade na maior parte das vezes utilizando como método de inferência regressões por Mínimos Quadrados Ordinários para dados em Painel. Assim, uma das contribuições mais relevantes desta pesquisa será o exame dos efeitos de um regime político democrático ao longo de todas as magnitudes de desigualdade econômica.

A Regressão Quantílica introduzida por Koenker and Bassett (1978) é uma extensão direta da estimação clássica das médias condicionais por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para estimação de modelos por funções condicionadas nos quantis. O método emprega um estimador de mínimos desvios absolutos que pode ser utilizado para estimar os percentis da distribuição condicionada. Deste modo, a Regressão Quantílica possibilita a detecção de relações causais distintas

¹³ Para realizar esse cálculo dividimos o mundo em cinco continentes distintos e dez subcontinentes. Os cinco continentes são: 1. África e Oriente Médio; 2. América; 3. Ásia; 4. Europa; e 5. Oceania. E os dez subcontinentes são: 1. Europa Oriental e pós-URSS; 2. Europa Ocidental; 3. Norte da África e Oriente Médio; 4. África Subsaariana; 5. América do Norte e Central; 6. América do Sul; 7. Centro e Extremo Oriente; 8. Sudeste Asiático; 9. Ásia do Sul; e 10. Oceania.

para vários pontos da distribuição de uma variável dependente. Isto porque ela fornece estimativas dos efeitos de cada covariável (variável dependente de interesse e controles) ao longo de toda a distribuição condicional da variável dependente. Em contraste, a regressão por MQO tradicional fornece estimativas apenas para a média condicional (Breunig, 2011). Uma propriedade importante do método de Regressão Quantílica é sua menor sensibilidade para a presença de outliers na variável dependente, uma vez que a estimação é feita condicionada à posição do ponto dentro da distribuição da própria variável dependente¹⁴.

Ademais, como os dados estão estruturados em forma longitudinal, pretendemos estimar a relação entre democracia e desigualdade por meio de Regressão Quantílica com Variável Instrumental para Dados em Painel Empilhados¹⁵. No primeiro passo, estimamos a variável instrumental para prever os valores defasados de democracia e depois estimamos a relação entre democracia e desigualdade usando o índice de Theil para desigualdade e os valores previstos no primeiro passo de democracia defasada em regressões quantílicas para todos os decis da distribuição de desigualdade econômica.

Para corrigir os erros padrões na segunda estimação, utilizamos a técnica de bootstrap. O método de bootstrap é frequentemente utilizado como alternativa para inferência baseada em suposições paramétricas quando os pressupostos estão em dúvida, como é o nosso caso ao prevermos os valores do primeiro estágio e incorporamos na segunda equação sem corrigir os erros padrões finais, ou onde a inferência paramétrica é impossível ou requer complicadas fórmulas para o cálculo dos erros padrões.

No primeiro passo, utilizaremos como variável independente de interesse uma variável de difusão de democracia defasada em dois anos e a variável democracia defasa em um ano. Optamos por defasar a variável independente para minimizar ao máximo a possibilidade de existência de endogenia na relação de interesse. Nós testamos nossa hipótese sem variáveis defasadas e os resultados continuam semelhantes. Repetimos estas estimativas em três amostras diferentes. A primeira é a nossa amostra completa, a segundo tem como unidade temporal básica triênio e a terceira quinquênios. O objetivo principal das duas amostras menores é minimizar o problema de dados faltantes e é amplamente aceito e utilizado na literatura que debate a relação entre democracia e desigualdade. Em todas as estimações, os resultados são semelhantes.

EQUAÇÃO ESTIMADA NO PRIMEIRO PASSO:

¹⁴ Para uma apresentação pormenorizada do método de Regressão Quantílica vide anexo B.

¹⁵ O método de estimação por efeitos fixos não é adequado para a análise da relação entre democracia e desigualdade, pois em 57.2% dos pontos de dados são países-anos pertencentes a países cujos regimes políticos não transitaram ao longo do período analisado. Assim o estimador de efeito fixo consideraria a permanência em um regime democrático ou em um regime autoritário durante todo o período como um efeito fixo a ser eliminado junto com a heterogeneidade não observada.

$$(2) \text{L.DEMOCRACIA}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \text{controles}_{it} + \beta_2 \text{L.L.Difusão}_{it} + \varepsilon_{it}$$

EQUAÇÃO ESTIMADA NO SEGUNDO PASSO: Assumindo especificação linear para o τ - *ésimo* quantil:

$$(3) Q_\tau [\cdot | \mathbf{X} = \mathbf{x}] = \alpha_i + \beta_1 \text{controles}_{it} + \beta_2 \text{L.DEMOCRACIA}_{it} + \varepsilon_{it}$$

No qual $Q_\tau [\cdot | \mathbf{X} = \mathbf{x}] \equiv \frac{inf}{q} P (\cdot \leq \mathbf{q} | \mathbf{X} = \mathbf{x}) \geq \tau$ sendo o τ - *ésimo* quantil condicionado na distribuição da variável dependente EHHI.

5. FATORES DE CONFUSÃO NA RELAÇÃO DESIGUALDADE E DEMOCRACIA

Além de todas as considerações teóricas e metodológicas realizadas acima, não podemos tirar conclusões à respeito de algum tipo de relação causal entre as duas variáveis expostas sem o controle para possíveis fatores de confusão, como, por exemplo, o grau liberalização dos mercados, efeitos da globalização e também o nível de desenvolvimento, que podem desempenhar um papel relevante na relação entre democracia e desigualdade. Tomando como ponto de partida as contribuições da literatura recente a respeito da relação entre democracia e desigualdade, iremos controlar a análise para três tipos de variável: os processos de liberalização e expansão das relações de mercado no nível do país e em nível global e o nível de desenvolvimento econômico de cada país.

É de fundamental importância controlar para os fatores de mercado uma vez que depois do fim da Guerra Fria e da Terceira Onda de Democratização, há um processo distinto mas concomitante da expansão de regimes políticos democráticos e expansão de processos econômicos liberalizantes e das próprias relações econômicas nacionais, que ficou denominado na literatura como Onda Neoliberal. Como esses dois processos ocorrem ao mesmo tempo é bastante provável que os reais efeitos da democracia sobre a desigualdade sejam mitigados pelos efeitos causados por relações econômicas menos reguladas. Do mero fato que um país se democratiza e apresenta dados crescentes de desigualdade não decorre que a democracia não seja uma força equalizadora da sociedade.

A partir da década de 1990, muitos países tornaram-se democracias no mesmo tempo que optaram por agendas de políticas econômicas mais liberalizantes e desta maneira é de fundamental importância desagregar os efeitos sobre a desigualdade causados por relações de mercado dos efeitos causados pela competição eleitoral em eleições democráticas. Os processos de democratização política e liberalização econômica, embora concomitantes, são independentes. A história chilena ilustra bem esse fato. Antes do golpe comandado pelo general Augusto Pinochet, o então presidente Salvador Allende, que havia sido eleito democraticamente, estava direcionando a política econômica chilena para longe de políticas voltadas à liberalização de mercado. E depois de 1973, o regime militar de Pinochet colocou o Chile no caminho da liberalização econômica em um momento em que

não havia liberdade política. A liberdade política não é equivalente à liberdade de comprar¹⁶. Iremos controlar nossa análise para quatro variáveis que captam os processos de mercado:

a) Processos de Mercado dentro do país

i. *Abertura Econômica: Volume total de comércio (exportação e importação) como percentagem do PIB a preços constantes. Dados da PWT versão 6.3 (Heston, Summers and Aten 2009). [abertura]*

ii. *Participação do Governo no PIB: Proporção dos gastos do governo em relação ao PIB a preços constantes. Dados da Penn World Tables version 6.3 (Heston, Summers and Aten 2009). [gastogov]*

b) Globalização: processos de Mercado em escala global

iii. *Comércio Mundial: Log (Soma de todas as correntes de importação e exportação em cada ano / 2). Dados da Penn World Tables version 6.3 (Heston, Summers and Aten 2009). [comercio]*

iv. *Indicador do Período Pós Guerra Fria: 1 - depois de 1990; 0 - caso contrário. – [global]*

E também vamos controlar nossa análise para o nível de desenvolvimento de cada país, pois é amplamente reconhecido que nível de desenvolvimento está altamente correlacionada com a democracia e também com a desigualdade (Kuznets, 1955), Além disso, os países desenvolvidos têm mais recursos para lidar com problemas decorrentes da desigualdade.

v. *Nível de Desenvolvimento: Log do PIB Real per capita. Dados da PWT version 6.3 [pib-real]*

6. RESULTADOS PRELIMINARES

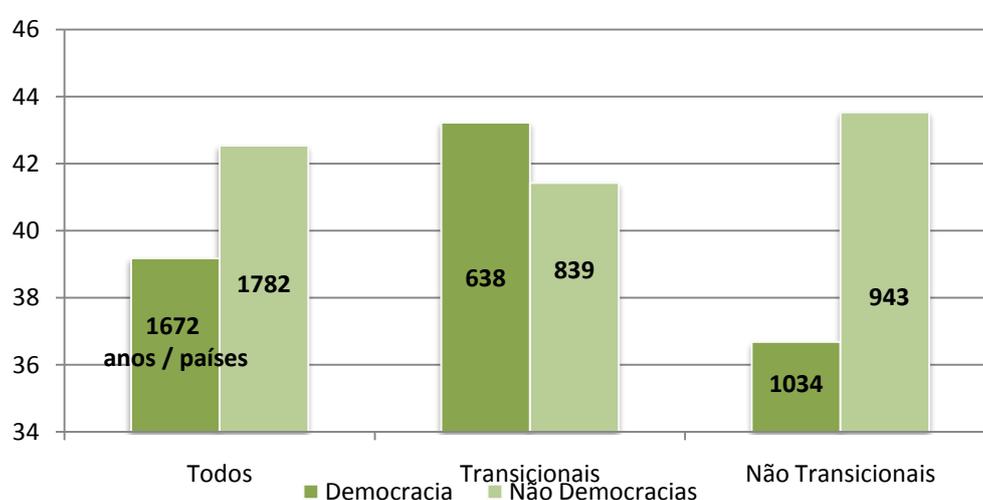
Apresentamos alguns dados descritivos sobre as duas principais variáveis dessa pesquisa. Usamos os dados sobre Democracia e Não Democracias compilados por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010). Assumimos a mensuração dicotômica defendida pelos autores que definem democracia como um regime político no qual existe competição política por meio de eleições. De maneira simplificada: um regime político no qual o partido incumbente deixa o poder por meio de eleições livres e justas. Dividimos nossa amostra em dois grupos distintos de países. O primeiro grupo consiste dos países que não fizeram nenhuma transição política ao longo do período analisado por Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010), que classificaram os regimes como democráticos ou não democráticos entre os anos de 1945 e 2008. O segundo grupo é formado pelos países que fizeram transições democráticas e/ou autoritárias. Obviamente não podemos afirmar que os regimes que não apresentaram transições democráticas ou autoritárias sejam estáveis, uma vez que é possível que tenha havido mudanças de sistema político e de governo sem que tenha sido alterada a característica democrática ou não democrática do regime. O Gráfico 3 abaixo mostra a média de desigualdade em cada um desses dois grupos, mais a média geral da amostra, sempre dividindo os países/anos em

¹⁶ Nas palavras do economista James Galbraith: “Enquanto isso, o regime de mercado livre de Augusto Pinochet trouxe a liberdade econômica para o Chile. As pessoas podiam ser livres economicamente sem ter qualquer voz na política, enquanto viviam sob os coturnos de uma junta militar” (2008, p.16, tradução nossa)

democráticos e não democráticos.

Como podemos observa no Gráfico 3 a relação descritiva entre democracia e desigualdade não é semelhante aos dois grupos e em toda a amostra. Em quanto as democracias que não passaram por nenhuma transição tendem a ser muito mais igual que os regimes autoritários que não passaram por nenhuma transição, as democracias transicionais são mais desiguais que as ditaduras transicionais. Obviamente não é possível fazer elaborar nenhuma inferência causal a partir destes dados, pois, além dos problemas relacionados à mútua causalidade na relação entre democracia e desigualdade, existem inúmeros outros fatores de confusão que afetam esta relação e que precisam ser levados em

Gráfico 3. Médias de Desigualdade por grupos (EHII)



conta quando se deseja fazer inferências causais.

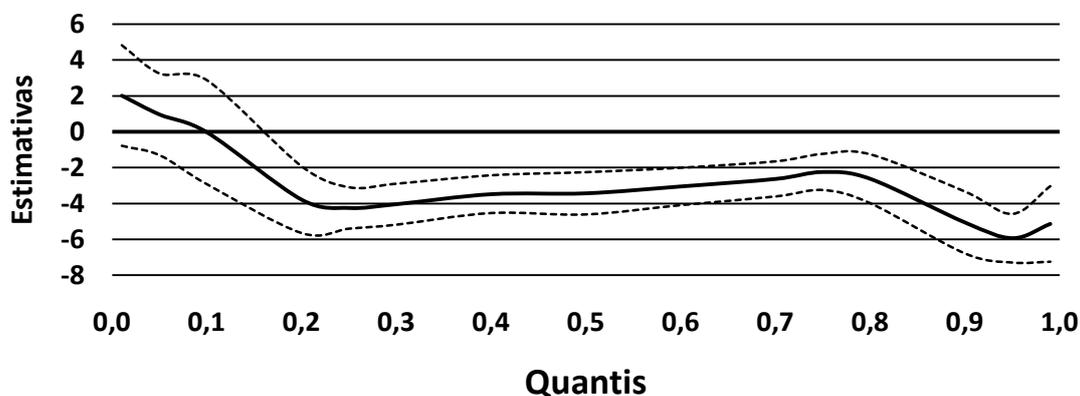
Desta forma o segundo passo é a análise que permita controlar esses efeitos espúrios nos dados. Assim, apresentamos os resultados preliminares da pesquisa obtidos com a aplicação dos métodos de variável instrumental e Regressão Quantílica. Examinamos a relação entre democracia e desigualdade em toda a amostra e depois em amostras trienais e quinquenais. Os primeiros resultados são mostrados na Tabela 1 e na Figura 4. Após, apresentamos os resultados nas amostras trienais e quinquenais. Por fim, fazemos uma discussão muito breve dos padrões encontrados na relação entre democracia e desigualdade. Apresentamos os resultados das outras variáveis no Anexo C.

Tabela 1. Resultados Amostra Completa

PRIMEIRO PASSO			
L.Democracia	MMQ rob	Erro Padrão	t-valor
comercio	-0.0287	0.0095	-3.02
pib-real	0.0793	0.0053	15.11
gastogov	0.0004	0.0004	0.99
abertura	-0.0005	0.0001	-5.39
global	-0.0485	0.0168	-2.88

L.L.difusão1	1.3736	0.0289	47.50
_cons	0.0123	0.2473	0.05
Número de Observações	6170		
Erros padrões Robustos			

Gráfico 4. Efeitos de Democracia ao Longo da Distribuição de Desigualdade - Dados Anuais



Como poder ser visto na Tabela 1, a variável instrumental difusão de democracia é fortemente correlacionada com democracia e deste modo podemos estimar a relação entre democracia e desigualdade purificado de qualquer viés oriundo da endogenia presente na relação. No Gráfico 9 podemos observar que a democracia possui um impacto negativo sobre a desigualdade econômica ao longo de boa parte da distribuição da variável dependente, com exceção apenas dos casos situados no primeiro decil (0.1), justamente as sociedades que são relativamente mais iguais. A partir do segundo decil (0.2) os efeitos são negativos, ficando relativamente constantes até o sétimo decil (0.7), a partir do qual os efeitos tornam-se maiores, atingindo o ápice no nonagésimo quinto centil (0.95).

Desta maneira, podemos dizer que esta análise preliminar dos dados respalda as hipóteses H1 e H2. Somente nas sociedades mais iguais a democracia possui um efeito fomentador da desigualdade. Efeito esse que provavelmente deve ser relacionado ao fato que as ditaduras comunistas produziram uma distribuição de bens bastante igual. Fora deste caso específico, quanto maior for a desigualdade econômica existente em dado país, mais profundos serão os efeitos da democracia contra o crescimento da desigualdade econômica. Os coeficientes estimados na regressão (apresentados no Gráfico 9) deixam claro que o impacto da democracia é muito maior no final da distribuição de desigualdade, o que significa, portanto, que a democracia é um eficiente instrumento de redução da desigualdade econômica nas sociedades mais desiguais.

Conforme expusemos na seção teórica, uma possível explicação para esse padrão encontrado é que devido à natureza competitiva da democracia em sociedades desiguais é menos custoso para os partidos políticos obter os votos das classes mais desfavorecidas da distribuição de renda do que das

classes médias ou das elites, dado orçamentos limitados para criação de políticas públicas e para a construção de campanhas partidárias. Desta forma, é possível concluir que nas democracias mais desiguais, os partidos políticos competirão arduamente para ganhar o voto dos eleitores que ocupam a base da distribuição de renda. Estes resultados são replicados nas amostras trienais e quinquenais. Apresentamos os resultados nas Tabelas 2 e 3 (primeiro passo) e nos Gráficos 5 e 6 (segundo passo).

Tabela 2. Resultados Amostra Trienal

PRIMEIRO PASSO			
L.Democracia	MQO rob	Erro Padrao	t-valor
comercio	-0.0063	0.0147	-0.43
pib-real	0.0901	0.0091	9.85
gastogov	0.0009	0.0007	1.2
abertura	-0.0005	0.0002	-3.19
global	-0.0284	0.0277	-1.02
L.L.difusão1	1.3287	0.0513	25.88
_cons	-0.6616	0.3813	-1.73
Número de Observações	2039		
Erros padrões Robustos			

Tabela 3. Resultados Amostra Quinquenal

PRIMEIRO PASSO			
L.Democracia	OLS rob	SdErr	t-value
comercio	0.0041	0.0214	0.19
pib-real	0.0917	0.0116	7.92
gastogov	0.0002	0.0009	0.21
abertura	-0.0006	0.0002	-2.85
global	0.0193	0.0356	0.54
L.L.difusão1	1.2861	0.0650	19.78
_cons	-0.9313	0.5588	-1.67
Número de Observações	1243		

Gráfico 5. Efeitos de Democracia ao Longo da Distribuição de Desigualdade - Amostra Trienal

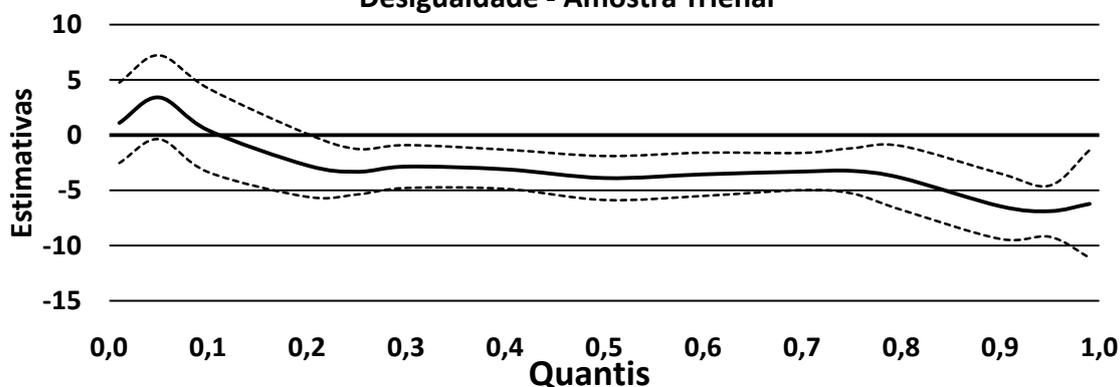
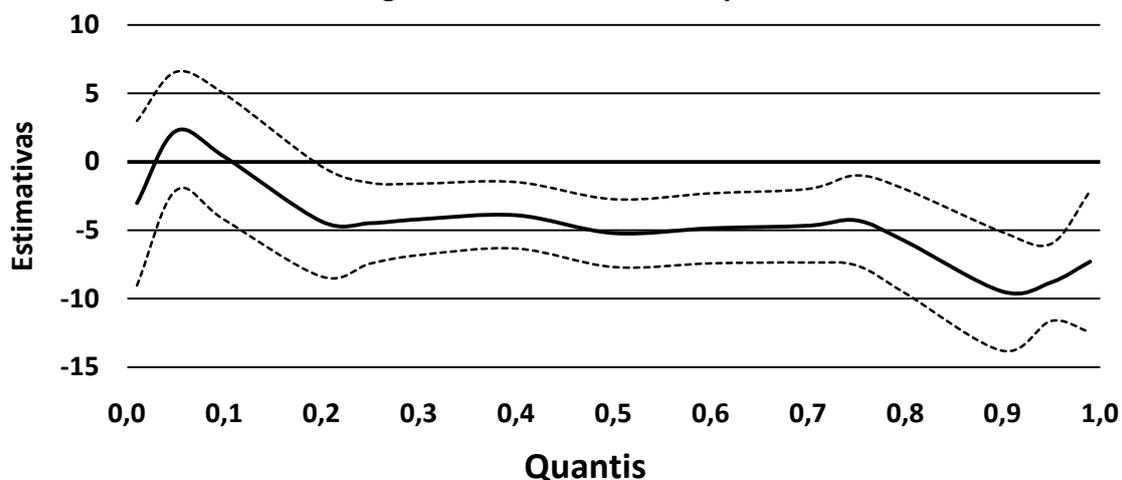


Gráfico 6. Efeitos de Democracia ao Longo da Distribuição de Desigualdade - Amostra Quinquenal



Como poder ser visto nas Tabela 2 e 3, a variável instrumental difusão de democracia é mais uma vez fortemente correlacionada com democracia. Já os Gráficos 5 e 6 também apontam indícios confirmatórios a respeito das hipóteses H1 e H2. Somente nas sociedades mais iguais a democracia possui um efeito fomentador da desigualdade. Fora desses casos excepcionais, que estão no primeiro decil das duas distribuições, quanto maior for a desigualdade econômica existente em dado país, mais profundos serão os efeitos da democracia em prol da redução da desigualdade econômica. Nas duas sub-amostras os resultados são similares e os maiores impactos negativos da democracia na desigualdade econômica estão alocados também no último decil (0,9) da distribuição de desigualdade econômica. Assim, podemos concluir que a democracia possui um impacto negativo na desigualdade econômica e que esse impacto é muito maior nos países mais desiguais, confirmando, portanto, que a ameaça de redistribuição teorizada por Acemoglu et al (2005) e Boix (2003) é uma ameaça real.

7. ANEXOS -- 7.1 ANEXO A – VARIÁVEL INSTRUMENTAL

O principal objetivo de uma pesquisa que busca avaliar os efeitos de uma variável independente em uma variável dependente é garantir a validade da relação causal proposta. No plano ideal, a melhor maneira de garantir que a relação entre duas variáveis seja causal seria trabalhar com contrafactuais, ou seja, observar a presença ou ausência da variável de interesse, dadas condições ambientais exatamente iguais. Uma forma clássica de garantia contrafactual é o uso de um experimento randômico. Contudo em estudos observacionais, aqueles nos quais não é possível o uso da técnica experimental, é necessário a utilização de métodos que reduzam os problemas de auto-seleção¹⁷.

Para descrever essa questão de maneira precisa, definimos o tratamento como uma variável binária; $D_i = \{0, 1\}$. O resultado de interesse é definido por Y_i . A questão a ser pesquisada é se a variação em D_i afeta o valor de Y_i . Para qualquer indivíduo i existe dois resultados potenciais:

$$(A.1) \text{ resultado potencial} = \begin{cases} Y_{0i}, & \text{se } D_i = 0 \\ Y_{1i}, & \text{se } D_i = 1 \end{cases}$$

Caso fosse possível observar os dois resultados potenciais, o efeito de D_i sobre Y_i seria facilmente calculado subtraindo-se $Y_{1i} - Y_{0i}$ para cada indivíduo e assim estimaríamos o efeito causal calculando a diferença média encontrada na amostra. Contudo, inevitavelmente só podemos ver um dos dois resultados potenciais. Uma outra forma possível é atribuir os tratamentos $D_i = 0$ e $D_i = 1$ de forma aleatória na amostra observada, de maneira a controlar para possíveis fatores que interfiram na relação (fatores de confusão). A atribuição aleatória do tratamento resolveria os problemas de seleção, pois torna D_i independente dos resultados potenciais. O experimento assegura, portanto, que a relação causal de interesse seja independente dos resultados potenciais (Angrist e Pischke, 2008).

Em estudos observacionais o ideal experimental é muitas vezes impraticável. O estudo de regimes políticos comparado é exemplo típico desses casos. Por razões óbvias, não é possível atribuir o tipo de regime de dado país aleatoriamente. As características de cada um dos indivíduos (nesse caso o países) da população de países se auto-seleciona a adotar certo tipo de regime. Assim, é necessário controlarmos a análise de consequências da democracia para as variáveis conectadas ao próprio processo de democratização.

A primeira forma de aproximar os estudos observacionais do ideal experimental reside na utilização de controles e assumir a suposição da seleção em observáveis. Isto é, assumir a suposição de que as variáveis que interferem na relação causam são conhecidas e observáveis e, portanto,

¹⁷ Angrist e Pischke (2008) ilustram essa questão discutindo se o atendimento hospitalar melhora ou piora a saúde de seus pacientes. Obviamente a mera comparação entre os que foram ao hospital e aqueles que não foram não é suficiente, pois obviamente, quem busca um hospital possui condição de saúde mais frágil.

podem ser controladas (Angrist e Pischke, 2008).

Outra ferramenta mais sofisticada para permitir a inferência causal em um cenário de pesquisa observacional é o uso de uma variável instrumental (IV), que permite solucionar o problema da auto-seleção. Em nosso tema de estudo, o problema da auto-seleção é claro, uma vez que a literatura sobre a redemocratização discute os efeitos que a própria desigualdade possui sobre a possibilidade de democratização e consolidação democrática (Boix, 2003; Acemoglu e Robinson, 2006; Houle, 2009).

Suponha as seguintes equações sobre a relação entre democracia (D) e desigualdade (Y):

$$(A.2) Y_i \equiv f_i(s)$$

$$(A.3) f_i(s) = \alpha_1 + \beta * D_i + \delta_1 * X_i + \varepsilon_i$$

onde D_i é o indicador de democracia, X_i é o vetor de variáveis de controle e ε_i é o termo de erro. O problema crucial dessa equação é que o termo de erro ε_i é correlacionado com D_i ; caso não fosse, estaríamos assumindo que não existe qualquer relação entre desigualdade e democracia em um país, o que parece pouco plausível:

$$(A.4) Cov(D_i, \varepsilon_i) \neq 0.$$

com isso uma estimação pelo tradicional método de MQO (mínimos quadrados ordinários) gerarão resultados inconsistentes e enviesados, pois a equação não atende às Hipóteses de Gauss-Markov. O método de IV fornece uma solução a esse problema. Para isso é necessário escolher uma variável instrumental Z_i que não esteja na equação A.3 e que satisfaça três condições (Wooldridge, 2002):

Primeiro, Z_i deve ser não correlacionado com o termo de erro ε_i .

$$(A.5) Cov(Z_i, \varepsilon_i) = 0.$$

Isto é Z_i deve ser exógeno à equação A.3, não sendo, portanto, um determinante da desigualdade econômica dentro de um determinado país.

Segundo, Z_i deve ser parcialmente correlacionado com D_i , uma vez controlada todas as outras variáveis de controle da equação A.3.

$$(A.6) Cov(Z_i, D_i | X_i) \neq 0.$$

A forma mais simples de identificar essa relação é estimando a equação:

$$(A.7) D_i = \alpha_1 + \rho * Z_i + \delta_2 * X_i + \xi_i; \text{ onde } \rho \neq 0$$

Quando Z_i satisfaz as condições A.5 e A.6 ela torna-se um instrumento em potencial da equação A.3. O segundo passo na análise é inserir a Equação A.7 na Equação Principal A.3:

$$(A.8) f_i(s) = \alpha_3 + \lambda * Z_i + \delta_3 * X_i + \varepsilon_i$$

rearranjando, assim, o termo de erro na forma reduzida:

$$(A.9) u_i = \varepsilon_i + \beta * \xi_i ;$$

e o coeficiente do efeito do tratamento D_i :

$$(A.10) \lambda = \beta * \rho$$

A última e final condição, denominada como restrição de exclusão, assume que a relação entre Z_i e Y_i é única e exclusivamente transmitida por D_i . Desta forma, todo e qualquer efeito de Z_i estimado na equação A.8 é de fato o efeito de D_i em Y_i purificado do problema de causalidade reversa, ou qualquer outro problema de endogeneidade no termo de erro. Assim, segundo os pressupostos assumidos u_i é não correlacionado com todas as variáveis explanatórias de A.8 e uma regressão de MQO pode assim estimar os parâmetros reduzidos de forma consistente¹⁸ (Wooldridge, 2010).

A variável selecionada como instrumento da relação entre democracia e desigualdade é o próprio processo de difusão de democracia no mundo, que afeta a desigualdade econômica de um dado país, única e exclusivamente pelos efeitos que possui sobre o seu regime político.

7.2 ANEXO B – REGRESSÃO QUANTÍLICA

A Regressão Quantílica (RQ) é uma ferramenta econométrica desenvolvida para analisar relações entre variáveis além das variações sobre a média. Ela permite captar efeitos ao longo de toda a distribuição da variável dependente. Para Angrist e Pischke (2008) é uma ferramenta poderosa que torna a modelagem das distribuições uma tarefa fácil além de ter propriedades que a assemelham à estimação clássica por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Suponha que estamos interessado na distribuição de uma variável aleatória contínua Y_i . Sua função quantílica condicional (FQC) no quantil τ dado um vetor de regressores X_i pode ser definida como:

$$(B.1) Q_\tau(Y_i | X_i) = F_y^{-1}(\tau | X_i)$$

onde $F_y^{-1}(\tau |)$ é a função de distribuição para Y_i em Y , condicionado em X_i . Quando $\tau = 0.1$, por exemplo, $Q_\tau(Y_i | X_i)$ descreve o menor decil de Y_i dado X_i , enquanto $\tau = 0.5$ descreve a mediana condicional. Com a visão sobre toda a distribuição de Y_i , podemos descrever a dispersão dos efeitos das variáveis presentes no componente X_i . Assim como a regressão por MQO ajusta um modelo linear para Y_i minimizando o erro quadrático esperado, a RQ ajusta um modelo linear para Y_i usando a Função de Perda $p_\tau(u)$ ¹⁹ (Angrist e Pischke, 2008).

Assim como problemas de endogeneidade em MQO podem ser resolvido por meio do uso de variável instrumental, a RQ também é flexível à incorporação de um instrumento. O estimador de IV-RQ introduzido por Abadie, Angrist e Imbens (2002) assumem as mesmas suposições das

¹⁸ Do ponto de vista estritamente econométrico a hipótese de restrição de exclusão é decorrência lógica da condições 1. Apenas a apresentamos para sublinhar a importância da hipótese de que um regime político democrático, isto é, a competição política eleitoral, é o único meio de transmissão dos efeitos da difusão de democracia sobre a desigualdade.

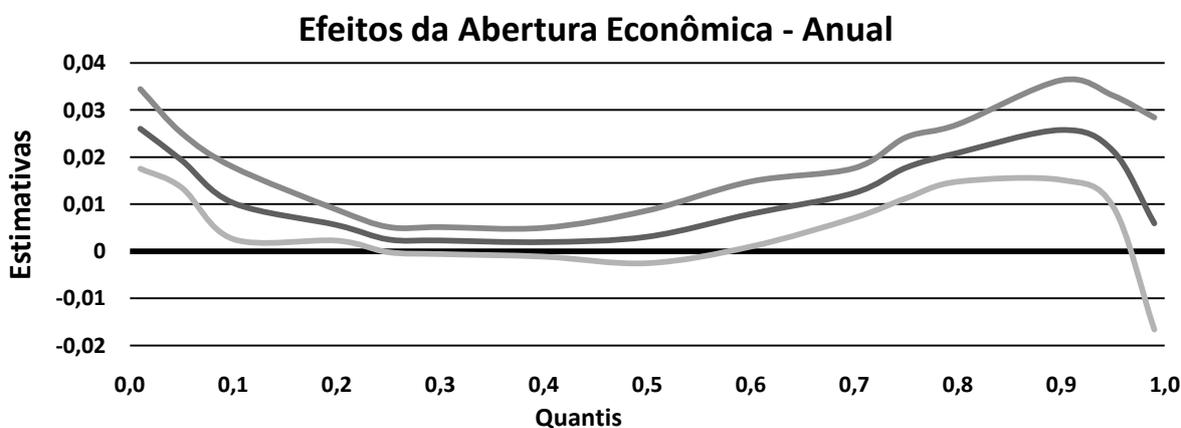
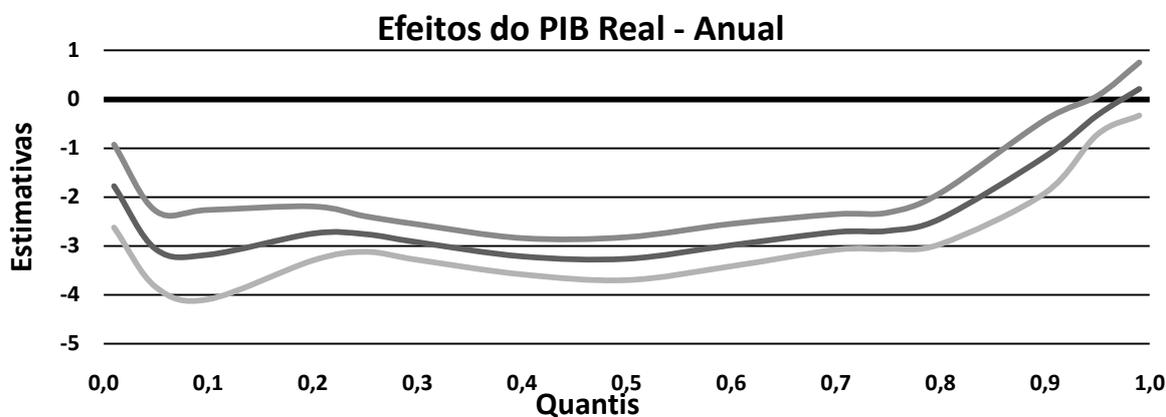
¹⁹ $p_\tau(u) = 1(u > 0) * \tau|u| + 1(u \leq 0) * (1 - \tau)|u|$

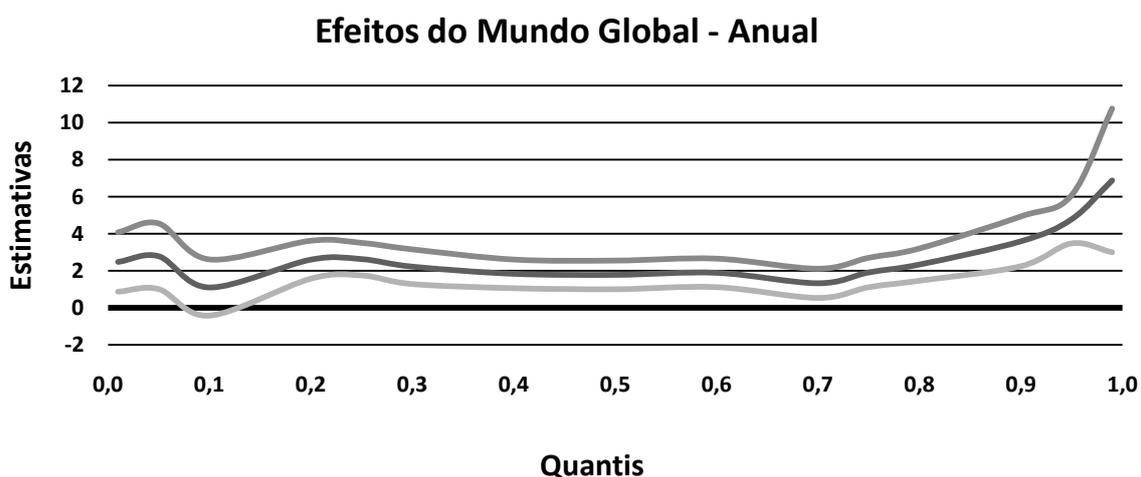
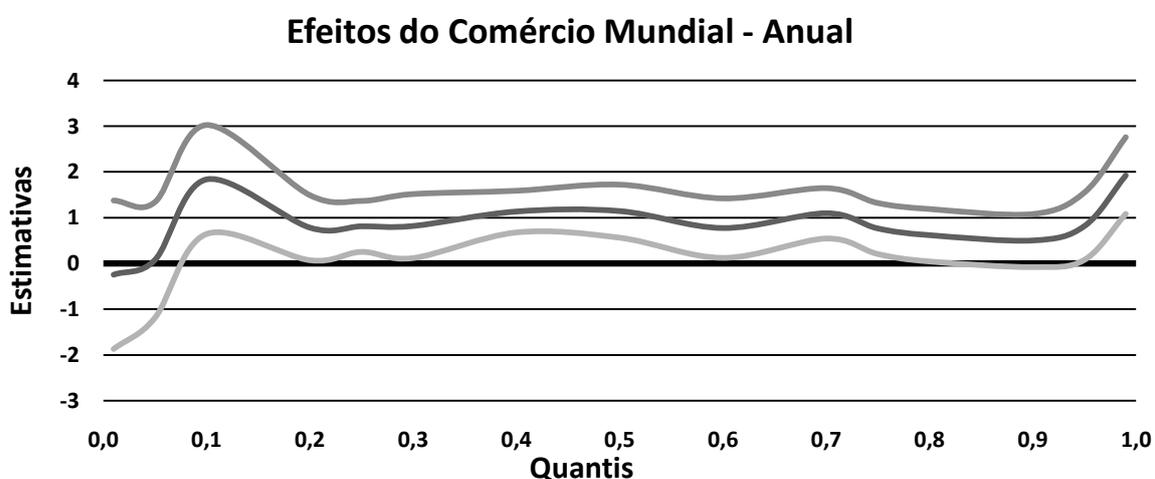
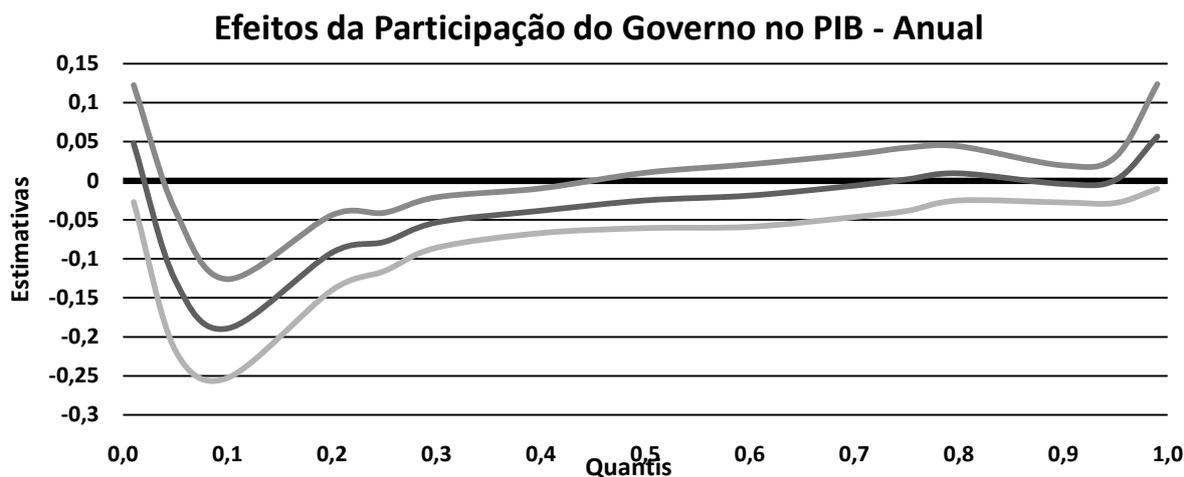
estimações em variável instrumental para o efeito do tratamento localizado (LATE) para os compliers (tratados a quem foram atribuídos o instrumento). Os parâmetros de interesse são definidos deste modo; para $\tau \in (0, 1)$, assumimos que existe um α_τ e um β_τ na seguinte equação:

$$(B.2) \quad Q_\tau(Y_i | X_i; D_i; D_{1i} > D_{0i}) = \alpha_\tau * D_i + \beta_\tau * X_i$$

onde o lado esquerdo da equação denota o quantil τ de Y_i dado X_i e D_i para os compliers. Assim α_τ e β_τ são coeficientes de RQ para os compliers.

7.3 ANEXO C – EFEITOS DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE AO LONGO DA DISTRIBUIÇÃO DE DESIGUALDADE ECONÔMICA.





8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, Daron and James Robinson. *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. New York: Cambridge University Press. 2006.

Angrist and A. Krueger, "Instrumental Variables and the Search for Identification: From Supply and Demand to Natural Experiments," *Journal of Economic Perspectives*, 2001, pp. 69-85

Angrist, Joshua and Pischke, *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. 2002

- Atkinson, A. and A. Brandolini. 2001. Promise and pitfalls in the use of 'secondary' data-sets: income inequality in OECD countries as a case study. *J of Economic Literature* 39(3):771-99.
- Brinks, Daniel and Coppedge, Michael. Diffusion is no illusion. Neighbor emulation in the Third Wave of democracy. *Comparative Political Studies*. 2006
- Boix, Carles. *Democracy and Redistribution*. New York: Cambridge University Press. 2003.
- Bollen, Kenneth A. and Jackman, Robert. Political Democracy and the Size Distribution of Income. *American Sociological Review* 50(4):438-457. 1985.
- Breunig, Christian. Reduction, Stasis, and Expansion of Budgets in Advanced Democracies *Comparative Political Studies*. Vol 44. 2011
- Fish, Steven. The Inner Asian anomaly: Mongolia's democratization in comparative perspective. *Communist and Post-Communist Studies*. Vol. 34 323-338. 2001.
- Gimet, Céline and Thomas Lagoarde-Segot, A closer look at financial development and income distribution. Groupe D'Analyse et de Theorie Economique Lyon. Working Paper 1104. 2011.
- Cheibub, José Antonio, Jennifer Gandhi and James Raymond Vreeland. Democracy and Dictatorship Revisited. *Public Choice* 143 (1-2): 67-101. 2010
- Chong, Alberto. Inequality, Democracy, and Persistence: Is There a Political Kuznets Curve?. *Economics & Politics* 16(2):189–212. 2004.
- Deininger, K. and L. Squire. "A New data set measuring income Inequality," *World Bank Economic Review* 10:565-91. 1996.
- Galbraith, J. K. and Kum, H. nequality and economic growth: a global view based on measures of pay. *CESifo Economic Studies*, 49: 527–556. 2003.
- Galbraith, James K. Inequality and economic and political change: a comparative perspective. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. 4, 13–27. 2011.
- Galbraith, James K. Inequality, Unemployment and Growth: New Measures for Old Controversies. *UTIP Working Paper No. 48*. 2010.
- Gillens, Martin. *Why Americans Hate Welfare. Race, Media, and the Politics of Antipoverty Policy*. The University of Chicago Press. 1999.
- Gleditsch, Kristian Skrede and Wald D. Michael, Diffusion and the international context of democratization. *International Organization*. 2006;
- Grosfeld, Irena e Senik, Claudia. The emerging aversion of inequality. *Economics of Transition*. Volume 18(1). 2010
- Herzer, Dierk and Nunnenkamp, Peter. Income inequality and health: new evidence from panel data. *Kiehl Institute for the World Economy. Kiel Working Papers*. No. 1736. 2011
- Herzer, Dierk and Vollmer, Sebastian. Inequality and growth: evidence from panel Cointegration. *Journal of Economic Inequality*. 2011
- Heston, A., Summers, R. and Aten, B. August. *Penn World Table Version 6.3*, Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Penn. 2009.
- Houle, Christian. Inequality and Democracy. Why Inequality Harms Consolidation but Does Not Affect Democratization. *World Politics* 61, no. 4 (October 2009), 589–622. 2009.
- Hotelling, Harold. Stability in Competition, *Economic Journal* 39 (153): 41–57. 1929.
- Key, Valdimer O. *Southern Politics in State and Nation*. New York: Alfred Knopf. 1949.

- Koenker, R., & Bassett, G. Regression quantiles. *Econometrica*, 46, 33-50. 1978.
- Li, Hong yi, Lyn Squire, and Heng-fu Zou. Explaining international and intertemporal variations in income inequality. *Economic Journal* 108:26–43. 1998.
- Mainwaring, Scott and Perez-Linan, Anibal. International Factors and Regime Change in Latin America, 1945-2005. Prepared for presentation at the panel on “Diffusion Dynamics in Democratization Processes,” 105th Annual Meeting, American Political Science Association Toronto, 3-6 September 2009
- Meschi, Elena and Vivarelli, Marco. Trade and Income Inequality in Developing Countries. *World Development* Vol. 37, No. 2, pp. 287–302, 2009.
- Milanovic, B. The Ricardian Vice: Why Sala-i-Martin's calculation of world income inequality cannot be right, mimeo, September. 2002a.
- Milanovic, B. True world income distribution, 1988 and 1993: First calculation based on household surveys alone, *Economic Journal*, January. 2002b.
- Neri, Marcelo Cortes. De Volta ao País do Futuro: Projeções, Crise Européia e a Nova Classe Média. Com especial referência às mulheres. FGV. Centro de Políticas Sociais. 2012.
- Nogueira, Camila. The Influence of International Factors in the Process of Democratization. *Brazilian Political Science Review*. Vol. 3. Number 2. 2009.
- Reuveny, Rafael e Li, Quanm. Economic Openness, Democracy, and Income Inequality: An Empirical Analysis, *Comparative Political Studies*. 36(5):575-601. 2003.
- Saint-Paul, G. and T. Verdier. Education, Democracy, and Growth. *Journal of Development Economics* 42:399-407. 1993.
- Savun, B and Tirone D., Foreign Aid, Democratization, and Civil Conflict: How Does Democracy Aid Affect Civil Conflict? *American Journal of Political Science*, 2011, pp. 233-246
- Schumpeter, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Brothers. 1942.
- Sirowy, L. and A. Inkeles. The Effects of Democracy on Economic Growth and Inequality: A Review, *Studies in Comparative International Development* 25(1):126-57. 1990.
- Teorell, Jan, Marcus Samanni, Sören Holmberg and Bo Rothstein. 2011. The Quality of Government Dataset, version 6Apr11. University of Gothenburg: The Quality of Government Institute, <http://www.qog.pol.gu.se>.
- Timmons, Jeffrey F. Does Democracy Reduce Economic Inequality? *British Journal of Political Science*. Vol 40, 741–757. 2010
- Whyte. Martin King. *Myth of the Social Volcano. Perceptions of Inequality and Distributive Justice in Contemporary China*. Stanford University Press. 2010.